

JORNAL DA COOPSEF

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB COOPSEF

página
10

Diversos associados já antecipam o seu 13º salário de 2015 na Cooperativa para quitar despesas mais imediatas. Também há recursos para quem quiser antecipar a restituição do Imposto de Renda. A taxa de juro é a mais adequada do mercado. Dirija-se primeiro à sua Cooperativa e confira mais esse benefício.



Contas do exercício 2014 são aprovadas por unanimidade e Cooperativa confirma maior resultado de sua história

Com o melhor resultado financeiro de sua história, o Sicoob Coopsef encerrou o exercício de 2014 com Sobras líquidas de R\$8,46 milhões, dos quais R\$7,08 milhões serão distribuídos de forma proporcional às operações realizadas pelos associados com a sua Cooperativa. Receberão mais aqueles que tomaram empréstimos e usaram o Cheque Especial. Este é o resultado da AGO em que os cooperados aprovaram por unanimidade as contas, decidiram sobre a distribuição das Sobras líquidas e elegeram os novos membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Leia o Editorial e as matérias das páginas 2 a 9.



Antônio de Ávila e Silva
Diretor-Presidente

Maior participação dos associados contribui para melhoria dos resultados e da distribuição das Sobras

Ao ocupar mais uma vez este espaço, em nome dos diretores e conselheiros, quero expor de imediato dois fatos que entendo serem marcantes para o Sicoob Coopsef: o resultado histórico do exercício de 2014 e a disposição de um grupo de cooperados que novamente se candidata e é eleito para conduzir os destinos desta Cooperativa. Agradeço, portanto, aos que participaram da Assembleia Geral Ordinária e aprovaram, por unanimidade, as contas do ano passado e também elegeram os novos membros do Conselho de Administração e Fiscal, demonstrando prova de confiança naqueles que continuam administrando a Cooperativa e fazendo com que ela se mantenha entre as primeiras instituições cooperativistas do Estado.

Em nome dos demais diretores e conselheiros, agradeço a participação de cada cooperado, principalmente daqueles que estão centralizando suas operações financeiras na Cooperativa, permitindo que ela se fortaleça e gere ainda mais benefícios para o grupo como um todo. Precisamos que este reconhecimento se generalize e que a cada dia mais associados entendam as vantagens oferecidas e intensifiquem seu relacionamento com a Cooperativa.

Por mais uma vez, encerramos o exercício muito bem. O resultado final representou Sobras brutas no valor de R\$11,16 milhões, um recorde histórico. Quero esclarecer novamente que esse resultado foi influenciado por duas receitas excepcionais obtidas em março e agosto, resultantes de créditos que tínhamos junto ao PIS e ao FGS (Fundo Garantidor Sicoob). Tal fato, porém, não diminui o esforço desenvolvido para se alcançar esse resultado histórico. Convém adiantar que para 2015 não teremos receitas excepcionais semelhantes.

Ao fazer sua parte, na condição de dono da Cooperativa, o associado é o maior beneficiado, pois além

de pagar a menor taxa de juro por seus empréstimos e pelo uso do Cheque Especial, estar isento de tarifas bancárias generalizadas, receber boa remuneração por suas aplicações, ele ainda tem o retorno das Sobras, que em 2014 atingiram um valor líquido de R\$7,08 milhões. Por decisão tomada em Assembleia, esse valor será distribuído aos associados proporcionalmente às suas operações realizadas com a Cooperativa. Isso não ocorre em nenhuma outra instituição financeira, onde o tomador de empréstimos paga e nada recebe de volta.

Pela confiança depositada nos membros do Conselho de Administração e Fiscal e nos funcionários, sentimo-nos ainda mais motivados a continuar trabalhando para oferecer aos cooperados os resultados que eles esperam a cada exercício. Os desafios continuam; a concorrência é cada vez maior; a legislação cooperativista limita várias ações das cooperativas, mas mantemos o foco na política do atendimento personalizado e na certeza de que os serviços e produtos oferecidos pelo Sicoob Coopsef atendem adequadamente aos interesses de seus associados.

Continue prestigiando e usando os serviços e produtos do Sicoob Coopsef. Você é o dono desta Cooperativa. Cabem a nós, administradores, responder bem à responsabilidade que nos foi atribuída ao sermos eleitos na AGO. Agradecemos novamente a confiança em nós depositada, reafirmando o compromisso de continuar trabalhando com afinco, certos de que a cada dia mais cooperados estarão concentrando suas operações financeiras nesta instituição e contribuindo definitivamente para a obtenção de resultados ainda mais promissores.

Fazemos nossas as palavras do saudoso presidente Dilson Resende: *Quem acredita na Coopsef, agora Sicoob Coopsef, ganha sempre.*

Expediente

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda - SICOOCOPSEF - Av. Brasil, 1660 • PABX: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724 • www.sicoobcoopsef.com.br • sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br • Ouvidoria - 0800 283 4086

Conselho de Administração: Efetivo - Álvaro César Cunha, Antônio de Ávila e Silva, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Geber Soares de Oliveira, Mauro Ermanni Nascimento, Nelson Gomes de Souza, Rita da Penha Ventorim Glória Leal Celmar Silveira e João Feliciano Nunes

Diretoria Executiva: Antônio de Ávila e Silva (diretor-presidente), Álvaro César Cunha (diretor-administrativo), Célio Marcos Pontes de Albuquerque (diretor-financeiro)

Conselho Fiscal: Efetivo - Ângela Maria Barbosa, Antônio Donizete Rosa, Geraldo Magela Cotta
Suplentes - Adriana Ackls Codo Santos, José Onézio Leite, Jussara Pires da Silva

Superintendente Geral: José Francisco Coelho

Jornalista Responsável: Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte: Rosane Mandacaru (31) 8784.9487 • Tiragem: 7.000 exemplares • Circulação: Distribuição Gratuita

Resultado líquido de 2014 foi de R\$7,08 milhões

Desempenho da nossa Cooperativa é motivo de comemoração para os associados e quem tomou empréstimo será ainda mais beneficiado



Para aprovar suas contas do exercício de 2014, eleger o novo Conselho de Administração e Fiscal e decidir sobre outros assuntos relacionados no Edital, o Sicoob Coopsef realizou no dia 09 de fevereiro sua Assembleia Geral Ordinária (AGO). Aberta a Assembleia, foi eleita por aclamação a chapa única para o Conselho de Administração período 2015/2018 e em seguida os associados aprovaram por unanimidade as contas de 2014.

O resultado do exercício deixou os associados muito satisfeitos. Com duas receitas extraordinárias obtidas no ano passado, o total das Sobras brutas chegou a R\$11,16 milhões. Deduzidos R\$2,7 milhões pagos como juros ao Capital e já creditados a cada um dos cooperados no dia 31 de dezembro de 2014, as Sobras somaram R\$8,46 milhões e são as maiores obtidas até hoje pela nossa Cooperativa.

Para se chegar ao valor das Sobras líquidas é obrigatória a dedução das destinações estatutárias, sendo 10% para a Reserva Legal e 5% para o FATES. Feito isso, o valor apurado fechou em R\$7,08 milhões e irá representar um retorno, em média, de 30% para quem tomou dinheiro emprestado na Cooperativa. Qual outro banco devolve parte dos juros pagos por seus clientes? Nenhum. No Sicoob Coopsef é diferente. O retorno acontece de verdade, ressalta o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva.

Ao assinarem a lista de presença na AGO, os associados receberam cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2014, notas

explicativas às Demonstrações Contábeis e os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal e pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), atestando a adequada posição patrimonial e financeira da nossa Cooperativa. Com esse material, os associados se sentiram seguros para votar e aprovar as contas do ano passado.

Mais uma vez, os cooperados presentes à AGO decidiram que o valor das Sobras líquidas será distribuído de forma proporcional às operações realizadas pelo associado com a Cooperativa. Desta forma, receberão mais aqueles que tomaram empréstimos e utilizaram o Cheque Especial, tendo como retorno uma parte significativa dos juros que pagaram. Os pedidos para receber em espécie deverão ser formalizados até o dia 30 de abril e o pagamento será feito por lotes a partir de 13 de março, sempre às sextas-feiras.

A mesa diretora dos trabalhos da AGO foi composta pelo diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva, que ressaltou a importância de participação dos cooperados na Assembleia para conhecimento e aprovação dos resultados da Cooperativa. Ele estava acompanhado pelos diretores financeiro, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, e administrativo Álvaro César Cunha, pelo representante da Central das Cooperativas (Sicoob Central Cecremge), Raimundo Sérgio Campos, pelo coordenador do Conselho Fiscal, Geraldo Magela Cotta, e pelo coordenador da Comissão Eleitoral, Elias Jorge Neto.

AGO



Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são eleitos pelos cooperados na AGO

A Assembleia teve início com a votação dos membros do Conselho de Administração para mandato no período 2015/2018, e do Conselho Fiscal, para 2015/2016. Como houve o registro de chapa única, a votação foi feita por aclamação, conforme prevê o Regulamento Eleitoral do Sicoob Coopsef. Por unanimidade, os cooperados elegeram para o Conselho de Administração Antônio de Ávila e Silva, Álvaro César Cunha, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Ângela Maria Barbosa, Carlos Eugênio Souto Maior Filizola, Celmar Silveira, Geber Soares de Oliveira, Geraldo Magela Cotta e Rita da Penha Ventorim Glória Leal.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos Antônio Donizete Rosa, efetivo, Mauro Ernani Nascimento, efetivo, Nelson Gomes de Souza, efetivo, João Feliciano Nunes, suplente, José Onésio Leite, suplente, e José Luiz Martins de Oliveira, suplente.

Os nomes dos novos membros já foram homologados pelo Banco Central do Brasil e a posse será realizada dentro do prazo previsto na legislação pertinente.



• No auditório do Sicoob Coopsef, associados prestigiam a AGO

Falecimento de Donizete, membro do Conselho Fiscal

Faleceu e foi sepultado no dia 14 de fevereiro em Sacramento, sua cidade natal próxima a Araxá, o nosso companheiro cooperado Antônio Donizete Rosa. Alguns dias antes, durante a Assembleia Geral Ordinária, ele fora eleito membro efetivo do Conselho Fiscal para o biênio 2015/2016. Donizete já era conselheiro fiscal e vinha prestando inestimável trabalho ao Sicoob Coopsef. Era funcionário fazendário, lotado na Subsecretaria do Tesouro Estadual. Os demais membros dos Conselhos de Administração e Fiscal lamentam seu falecimento.



Você sabia que um dos grandes benefícios de uma pessoa ao se associar a uma cooperativa é ser dono e cliente ao mesmo tempo?

Contas são apresentadas e aprovadas



AGO

Resultado de cada conta é mostrado pelo diretor-financeiro, comprovando evolução positiva dos números da Cooperativa

Após a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, o diretor financeiro do Sicoob Coopsef, Célio Marcos Pontes de Albuquerque, fez a apresentação da Demonstração de Resultados e das demais contas do exercício de 2014. Com o auxílio de quadros e gráficos, ele apresentou os números e explicou em detalhes cada um dos resultados obtidos no ano passado.

Mantendo sua política de oferecer aos associados atendimento personalizado, as mais adequadas taxas de juros para empréstimos, Cheque Especial com a menor taxa do mercado e um rendimento superior ao de mercado para as aplicações, o Sicoob Coopsef tem atraído e levado os cooperados a centralizar suas operações na Cooperativa. Cresceu de forma significativa o número de portabilidade, com os associados optando por ter suas dívidas só no Sicoob Coopsef, apontou o diretor-financeiro. "Com as Sobras, o cooperado recebe parte do que pagou de juros e o benefício é ainda maior" – complementou.

Por meio de quadros e gráficos, Célio Albuquerque mostrou o crescimento das Disponibilidades e Aplicações, o aumento no montante dos Empréstimos, nos Depósitos a Prazo, no Capital Social e na Reserva de Lucros. Por exemplo, o total de empréstimos que em 2013 foi de R\$66,0 milhões, em 2014 chegou a R\$73,35 milhões. O nosso Capital, um item muito importante na estrutura financeira da Cooperativa, evoluiu para R\$44,04 milhões. Quanto mais os cooperados participarem do Sicoob Coopsef, mais ele irá evoluir e gerar benefícios para todos, ressaltou Célio Albuquerque.

Pareceres comprovam situação

Após a apresentação da Demonstração de Resultados, a AGO prosseguiu tendo o conselheiro

fiscal da Cooperativa, Geraldo Magela Cotta, lido o Parecer do Conselho Fiscal, bem como o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis, elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), ambos atestando a adequada situação patrimonial e financeira do Sicoob Coopsef, em 31 de dezembro de 2014.



• Durante a AGO, Geraldo Magela Cotta apresenta o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório das Demonstrações Contábeis

Aprovação por unanimidade

Feita a apresentação e lido os pareceres, os diretores e o conselheiro fiscal deixaram a Mesa Diretora, e o cooperado Joaquim Borges de Aquino, aprovado pelos cooperados na Assembleia, assumiu os trabalhos e, secretariado pela cooperada Rosa Maria Cavazza de Paiva, colocou as contas do Sicoob Coopsef para votação dos associados, sendo aprovadas por unanimidade dos presentes à AGO.



• Os cooperados Joaquim Borges e Rosa Maria, colocam em votação as contas do Sicoob Coopsef

Receitas excepcionais alavancam resultado

Confira em detalhes os números que permitiram à nossa Cooperativa alcançar Sobras brutas de R\$11,16 milhões

AGO



• Diretor-presidente expõe sobre os excelentes resultados alcançados no exercício de 2014

Para bem informar aos associados e comprovar a transparência das contas, a Administração do Sicoob Coopsef presta informações detalhadas sobre os resultados alcançados no exercício de 2014. Com atenção, os associados poderão concluir que os números refletem a boa saúde financeira da Cooperativa, beneficiando a todos que dela participam. Sendo donos da instituição e não apenas clientes, como acontece nos bancos tradicionais, os cooperados usufruem dos resultados, tendo retorno pelas operações realizadas no Sicoob Coopsef.

O resultado brilhante do ano passado, bem acima de anos anteriores, tem uma explicação. Conforme esclareceu o diretor-presidente Antônio de Ávila, em 2014 foram obtidas duas receitas excepcionais, que contribuíram de forma marcante para o resultado final. Ele explicou que em 1999 foi impetrada uma ação coletiva, questionando o pagamento do PIS pelas cooperativas. A decisão favorável às cooperativas saiu em março do ano passado e o valor depositado em Juízo foi liberado, cabendo ao Sicoob Coopsef a quantia líquida de R\$757.059,89 (setecentos e cinquenta e sete mil, cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

Em agosto de 2014 ocorreu a segunda receita excepcional, resultante da devolução das contribuições que a nossa Cooperativa fez durante anos ao FGS (Fundo Garantidor do Sicoob), dissolvido em 31 de maio. Com isso, foram devolvidos R\$2.310.241,49 (dois milhões, trezentos e dez mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos) ao Sicoob Coopsef, fazendo com que as receitas daquele mês registrassem um resultado nunca obtido até então.

Confira atentamente e entenda os números alcançados em 2014. Das Sobras brutas apuradas, no valor de R\$11.169.278,77 (onze milhões, cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos), foram deduzidos R\$2.701.068,27 (dois milhões, setecentos e um mil, sessenta e oito reais e vinte e sete centavos), e este valor foi creditado como juros ao Capital de cada associado, no dia 31 de janeiro de 2014. Ou seja, seu Capital na Cooperativa foi corrigido, conforme disposto na legislação vigente.

Do valor líquido de R\$8.468.210,50 (oito milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e dez reais e cinquenta centavos), a legislação determina que sejam deduzidas receitas apuradas com Atos não Cooperativos, que no ano passado somaram R\$135.342,46 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos), e foram creditados diretamente ao FATES.

Além dessa dedução, foram destinados 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva Legal, no valor de R\$833.226,80 (oitocentos e trinta e três mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta centavos); e 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$416.613,40 (quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e treze reais e quarenta centavos).

Entre as muitas virtudes, a mulher tem na cooperacão um instrumento fundamental para transformar o mundo.

8 de março, Dia Internacional da Mulher. 

Uma homenagem  **SICOBO COOPSEF**





• Atentos, associados ouvem as explicações e, por unanimidade, aprovam as contas.

AGO

Retorno maior para quem tomou empréstimos

Cooperados que mais contribuíram para o resultado final receberão um retorno equivalente a 30%, em média, dos juros pagos

Feita as deduções legais, o valor das Sobras líquidas fechou em R\$7.082.427,84 (sete milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete mil e oitenta e quatro centavos) no exercício de 2014, superiores, portanto, ao obtido em 2013. Durante a AGO, o diretor-presidente Antônio de Ávila apresentou uma proposta do Conselho de Administração para distribuição desse valor líquido. Posta em votação, os associados, considerando a proposta adequada, aprovaram e decidiram, por unanimidade, que as Sobras líquidas serão distribuídas proporcionalmente às operações realizadas pelos associados com o Sicoob Coopsef.

Desta forma, todos aqueles que tomaram empréstimos ao longo de 2014 serão os mais beneficiados e receberão de volta 30%, em média, dos juros que pagaram durante o ano. Para quem usou o Cheque Especial, que tem há anos a menor taxa de juro do

mercado, o retorno será da ordem de 27%, em média. Fica demonstrado, novamente, que o Sicoob Coopsef é a única instituição financeira que devolve aos seus associados parte dos juros que cada um pagou. Esses percentuais superam qualquer outra aplicação financeira em 2014.

Pela proposta do Conselho e aprovada também pelos associados na Assembleia, uma parte das Sobras líquidas ainda será distribuída para aqueles que aplicaram recursos na Cooperativa. Como já tiveram uma boa remuneração pelos valores investidos, esse percentual de retorno é menor.

Seu Capital corrigido por juros

Para esclarecer eventuais dúvidas, o diretor-presidente do Sicoob Coopsef reiterou que no dia 31 de dezembro de 2014 foram creditados R\$2,7 milhões como juros ao Capital dos associados. O percentual de ajuste equivale à variação da média da taxa básica de juros Selic do ano passado. Ao contrário dos valores do retorno dos juros por empréstimos e uso do Cheque Especial, a parcela de juros creditada diretamente ao Capital não pode ser sacada pelos associados, avisou o diretor-presidente.

Agenda 2015 do Sicoob Coopsef está à sua disposição



A sua Agenda 2015, acompanhada de uma caneta e um chaveiro, está à sua espera no Sicoob Coopsef. Os associados da Capital podem procurar esses tradicionais brindes na sede localizada na avenida Brasil, 1660, e os do interior do Estado devem se dirigir às suas respectivas Representações Regionais. Prestigie e valorize o que é seu. Esses brindes foram feitos para você.

Quanto mais negócios você realizar com o Sicoob Coopsef, maior será sua participação no recebimento das Sobras.

Dinheiro mais barato, com taxa de juro adequada e atendimento personalizado, você tem no Sicoob Coopsef.

Conheça e use seus produtos e serviços.

- Empréstimos/Financiamentos/Outros
- Troca de Cheques
- Conta Corrente
- Cheque Especial
- Home Banking (Autoatendimento)
- Banco 24 Horas
- Aplicações Financeiras
- Poupança Sicoob

E MAIS...

- Adiantamento de 13º salário
- Antecipação de Imposto de Renda
- Compra de Crédito/Portabilidade
- Empréstimo Especial
- Financiamento de Imóveis
- Financiamento de Veículos

*Quem acredita no
Sicoob Coopsef,
ganhá sempre.*

EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

O dever de participar do cooperado

O Cooperativismo tem crescido de forma marcante no Brasil e contribuído decisivamente para que o País se transforme numa Nação mais justa do ponto de vista social e econômico. Dentre os diversos tipos existentes, o de crédito, no qual o Sicoob Coopsef atua, vem experimentando grande avanço e se consolidando como alternativa ao sistema bancário tradicional. Na cooperativa, o associado é dono e, como tal, tem o dever de participar de suas operações. Para tanto, convém repetir algumas informações importantes. Anote aí.

Cooperativa - É uma sociedade de pessoas que, solidariamente, desempenham uma atividade econômica, sem objetivo de lucro.

Cooperado - É o profissional que ingressou na cooperativa e também é conhecido por associado ou sócio. O cooperado não é funcionário nem empregado. Ele é o dono.

Estatuto Social - Aprovada por seus associados, o Estatuto Social é a lei maior da cooperativa, regendo e comandando todo o funcionamento da instituição. Em Assembleia Geral, por decisão de seus associados, esse estatuto pode ser modificado, como foi feito recentemente no Sicoob Coopsef.

Direitos e Deveres - De forma igualitária, os cooperados têm os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades, a começar pelo voto. Um cooperado, um voto, independentemente de seu tempo ou de sua situação financeira na cooperativa.

Administração/Diretoria - Os administradores são os próprios associados da cooperativa, eleitos em Assembleia Geral para coordenar a gestão da instituição, cumprindo preceitos legais e normas do Banco Central do Brasil.

Assembleia Geral - Órgão máximo da cooperativa, tem o poder, dentro dos limites legais, de aprovar ou desaprovar ações e comandar o processo de gestão, definindo os rumos da cooperativa. Participar de Assembleia Geral é dever dos cooperados.

www.sicoobcoopsef.com.br

Data para requerer Sobras vai até 30 de abril

O valor a que cada cooperado tem direito nas Sobras líquidas poderá ser sacado em espécie. Antes, porém, o associado deverá cumprir alguns requisitos: se manifestar formalmente até o dia 30 de abril deste ano e atualizar seu cadastro junto ao Sicoob Coopsef. A atualização anual do cadastro é uma exigência do Banco Central do Brasil. Para aqueles que não se manifestarem, os valores continuarão creditados ao Capital Social, como sempre foi feito, e serão corrigidos até a média da taxa Selic do exercício.

O formulário próprio para requerer a devolução das Sobras em espécie já está à disposição dos associados no site www.sicoobcoopsef.com.br, e também na sede da Cooperativa e nas representações regionais. O crédito será feito em conta corrente do cooperado a partir de 13 de março, em lotes semanais, sempre às sextas-feiras, prosseguindo até o dia 31 de maio deste ano. Todos devem ler com atenção as exigências descritas no formulário, principalmente sobre as que dizem respeito à atualização cadastral. O pedido tem que ser feito até o dia 30 de abril. É importante lembrar que os

Formulário próprio já está disponível na sede, nas representações regionais e no site da Cooperativa e pagamento será feito por lotes a partir de 13 de março

valores das Sobras estão garantidos a todos os associados que fizeram operações com o Sicoob Coopsef.

Sem recebimento em espécie

Os associados presentes à AGO decidiram ainda, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração, que aqueles que não estiverem cumprindo suas obrigações com o Sicoob Coopsef não farão jus ao recebimento das Sobras líquidas, em espécie. Os eventuais questionamentos que foram feitos serão dirimidos pelos membros do Conselho, de acordo com competência delegada pelos cooperados na Assembleia.

Desenvolvimento com o FATES

Os associados delegaram também ao Conselho de Administração poder para que faça a aplicação dos recursos do FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Os recursos deverão ser direcionados para o desenvolvimento do Sicoob Coopsef, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

As vantagens de ter dívidas só na Cooperativa

Sicoob Coopsef continua comprando dívidas dos associados em outros bancos e oferecendo vários benefícios

Você quer pagar juros menores e ainda receber no final do exercício parte do que pagou? Quer ainda outras vantagens, como gratuidade de tarifas bancárias e outros serviços? Então você só tem uma opção: fazer a portabilidade e concentrar suas operações no Sicoob Coopsef. Muitos associados estão agindo dessa forma e a Cooperativa continua comprando dívidas e proporcionando ao associado a oportunidade de melhor administrar e controlar o que deve, com um custo muito inferior ao que terá que arcar em qualquer outro banco.

Ao fazer uma operação com o Sicoob Coopsef, o cooperado recebe todas as orientações e é informado sobre as vantagens de operar com a Cooperativa. Tudo é feito de forma prática e desburocratizada, dentro do disposto na legislação vigente. Trata-se de um negócio que visa gerar benefícios para todos os envolvidos. E na condição de dono da Cooperativa, o associado pode estar certo de que está fazendo a melhor operação do mercado.

E as vantagens são várias. Há anos, a Cooperativa tem apresentado resultados positivos e distribuído Sobras ao final de cada exercício, após aprovação pela Assembleia. O retorno das Sobras é uma vantagem que inexistiu em outra instituição financeira. Alguém já recebeu de qualquer banco comercial alguma vantagem financeira por uma operação que tenha realizado com esse mesmo banco? Em 2014, o Sicoob Coopsef estará devolvendo a seus associados 30%, em média, dos juros pagos durante o ano.

A Cooperativa mantém suas portas abertas e seus funcionários prontos para atender os associados. Aqueles que ainda têm um empréstimo em outro banco ou instituição financeira devem procurar os atendentes na sede da Cooperativa ou os representantes regionais e se informar a respeito da compra de sua dívida pela Sicoob Coopsef. Seja mais um a se beneficiar das vantagens oferecidas pela sua Cooperativa.

Cooperados antecipam o 13º salário e a restituição do Imposto de Renda

Com a menor taxa de juro do mercado, opção de antecipar é boa para se obter recursos e quitar despesas

Com recursos à sua disposição desde o primeiro dia útil deste ano, diversos associados procuraram a Cooperativa e providenciaram a antecipação do 13º salário de 2015. Outros já se preparam para antecipar também a restituição do Imposto de Renda deste ano. A opção por esses dois empréstimos comprova que no Sicoob Coopsef o cooperado tem a mais adequada taxa de juro para o seu bolso, com a vantagem ainda de receber parte do que pagou, depois que a Assembleia aprovar as contas do exercício.

Para antecipar o 13º salário, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeito à

análise de crédito.

Decidindo-se pela antecipação da restituição do Imposto de Renda, o cooperado se dirige à sede da Cooperativa ou às representações regionais, onde será devidamente orientado. O empréstimo será quitado em parcela única, na data em que ocorrer o crédito da restituição do IR pela Receita Federal.

Ocorrendo diferença a favor do associado, o valor apurado será creditado em sua conta corrente. Se eventualmente o associado cair na "malha fina" da Receita Federal, ele deve procurar o Sicoob Coopsef para providenciar a renegociação de seu débito e se manter em dia com seu compromisso perante a Cooperativa.

 **SICOOB COOPSEF**

Balancete

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2014)

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	95.111.598,45
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	84.757.133,69
Central Financeira - COOPERAT	2.013.942,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	82.743.190,84
Operações de Crédito	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	
OUTROS CRÉDITOS	OUTRAS OBRIGAÇÕES
OUTROS VALORES E BENS	10.354.464,76
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Relações Interdependências
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Cobrança e Arrecad. Tributos
Operações de Crédito	3.117,18
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	Sociais e Estatutárias
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	7.972.388,97
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias
PERMANENTE	301.335,61
INVESTIMENTOS	Diversas
Partic. Colig. e Control. no País	2.077.623,00
IMOBILIZADO DE USO	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS
Imobilizações em Curso	Rendas Antecipadas
Imóveis de Uso	-
Outras Imobilizações de Uso	-
(Depreciações Acumuladas)	
INTANGÍVEL	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Sistema de Processamento de Dados	3.285.025,65
Direito de Uso	OUTRAS OBRIGAÇÕES
(Amortização Acumulada)	3.285.025,65
TOTAL DO ATIVO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
158.961.329,05	3.285.025,65
	60.564.704,95
	Capital de Domiciliados no País
	41.973.466,77
	Reservas de Lucros
	7.930.275,26
	Sobras Acumuladas
	4.845.404,84
	Receitas
	13.821.123,79
	(Despesas)
	(8.005.565,71)
	TOTAL DO PASSIVO
	158.961.329,05

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2014.
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente
 Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 Astor Cézar de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6

BALANÇE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2014)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	99.502.705,81	PASSIVO CIRCULANTE	97.709.975,08
DISPONIBILIDADES	497.069,77	DEPÓSITOS	86.980.851,38
RELACIONES INTERFINANCEIRAS	71.290.943,68	Depósitos à vista	2.519.949,05
Central Financeira - COOPERAT	71.290.943,68	Depósitos a prazo	84.460.902,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.422.154,72	Outros Depósitos	-
Operações de Crédito	26.904.709,20	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.729.123,70
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Divid.)	(482.554,48)	Relações Interdependências	-
OUTROS CRÉDITOS	895.609,81	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.915,99
OUTROS VALORES E BENS	396.927,83	Sociais e Estatutárias	8.158.804,97
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	52.179.311,27	Fiscais e Previdenciárias	683.102,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	48.880.812,09	Diversas	1.884.300,47
Operações de Crédito	49.281.956,55	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Divid.)	(401.144,46)	Rendas Antecipadas	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.298.499,18	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.298.499,18
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.298.499,18	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.298.499,18
PERMANENTE	9.768.049,00	Provisões P/ Riscos Fiscais	3.298.499,18
INVESTIMENTOS	7.772.573,71	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.441.591,82
Partic. Colig. e Control. no País	7.772.573,71	Capital de Domiciliados no País	44.043.106,06
IMOBILIZADO DE USO	1.958.285,71	Reservas de Lucros	7.930.275,26
Imobilizações em Curso	-	Sobras Acumuladas	4.845.404,84
Imóveis de Uso	3.011.268,33	Receitas	16.321.512,97
Outras Imobilizações de Uso	2.222.547,04	(Despesas)	(12.698.707,31)
(Depreciações Acumuladas)	(3.275.529,66)	TOTAL DO PASSIVO	161.450.066,08
INTANGÍVEL	37.189,58	Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2014. Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo Astor Cézar de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/O-6	
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17		
Direito de Uso	67.351,32		
(Amortização Acumulada)	(165.096,91)		
TOTAL DO ATIVO	161.450.066,08		

BALANÇE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2015)

ATIVO		PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	98.377.542,21	97.615.177,92
DISPONIBILIDADES	592.815,06	86.585.742,31
RELACIONES INTERFINANCEIRAS	69.332.824,33	2.190.175,98
Central Financeira - COOPERAT	69.332.824,33	84.395.566,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27.067.645,71	-
Operações de Crédito	27.631.227,87	-
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(563.582,16)	-
OUTROS CRÉDITOS	912.643,46	-
OUTROS VALORES E BENS	471.613,65	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	52.831.380,83	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	49.519.688,82	-
Operações de Crédito	49.940.597,90	9.816,18
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(420.909,08)	9.079.950,33
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.311.692,01	-
Interp. P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.311.692,01	-
PERMANENTE	9.796.371,57	-
INVESTIMENTOS	7.772.573,71	-
Partic. Colig. e Control. no País	7.772.573,71	3.311.692,01
IMOBILIZADO DE USO	1.987.550,60	-
Imobilizações em Curso	-	60.078.424,68
Imóveis de Uso	3.011.268,33	43.745.059,79
Outras Imobilizações de Uso	2.265.599,68	8.763.502,06
(Depreciações Acumuladas)	(3.289.317,41)	7.082.427,84
INTANGÍVEL	36.247,26	2.322.741,96
Sistema de Processamento de Dados	134.935,17	(1.835.306,97)
Direito de Uso	67.351,32	-
(Amortização Acumulada)	(166.039,23)	-
TOTAL DO ATIVO	161.005.294,61	161.005.294,61
Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2015.		
Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente		
Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro		
Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo		
Astor Cézar de Souza Almeida - Contador - CRC: MG-074613/0-6		

Você sabia que sendo correntista pode pagar as contas mensais de telefone, energia e água por meio de débito automático?

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2014 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2014 o SICOOB COOPSEF completou 34 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2014, o SICOOB COOPSEF obteve um resultado de R\$ 8.468.210,50 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 14,14%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 71.290.943,68. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 76.186.665,75.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 73.352.818,28	96,28%
Cheque Especial	R\$ 2.797.599,76	3,67%
Adiantamento a Depositante	R\$ 36.247,71	0,05%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 8,30% da carteira, no montante de R\$ 6.322.161,10.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 86.980.851,38, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,78%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 2.519.949,05	2,90%
Depósitos a Prazo	R\$ 84.460.902,33	97,10%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 17,83% da captação, no montante de R\$ 15.509.135,45.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPSEF era de R\$ 55.394.244,63. O quadro de associados era composto por 6.945 Cooperados, havendo um decréscimo de 0,6579% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Com mandato até a AGO de 2015, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho

de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

No exercício de 2014, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPSEF aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB COOPSEF, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2014 a ouvidoria do SICOOB COOPSEF não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objetivo prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial da instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGCoop, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a elas associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco e de Capital

12.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).

e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

f) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

g) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

12.2 Risco de mercado

a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da fazenda de Minas Gerais

segue

► continuação

e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

12.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF possui estrutura compatível

com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

12.4 Gerenciamento de Capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria do Estado da fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederadora), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG) 17 de janeiro de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

Antonio de Ávila e Silva
Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Mauro Ernani Nascimento

Nelson Gomes de Souza
Celmar Silveira
Rita da Penha Ventorin Gloria Leal

Álvaro Cesar Cunha
João Feliciano Nunes
Geber Soares de Oliveira

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

Em Reais

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
<i>Disponibilidades</i>	99.101.561,35	90.610.457,84
<i>Relações Interfinanceiras (Nota 4)</i>	497.069,77	511.986,77
<i>Operações de Crédito (Nota 5)</i>	71.290.943,68	65.187.312,95
Adiantamento a Depositantes	26.021.010,26	23.776.878,73
Empréstimos e Títulos Descontados	36.247,71	36.586,90
(-) Provisão para crédito em liquidação	26.868.461,49	24.418.872,33
<i>Outros créditos (Nota 6)</i>	(883.698,94)	(678.580,50)
<i>Outros Valores e Bens (Nota 7)</i>	895.609,81	748.348,65
NÃO CIRCULANTE	396.927,83	385.930,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	52.580.455,73	48.422.756,47
<i>Operações de Crédito (Nota 5)</i>	52.580.455,73	48.422.756,47
Empréstimos e Títulos Descontados	49.281.956,55	44.485.805,83
<i>Outros Créditos (Nota 6)</i>	3.298.499,18	3.936.950,64
PERMANENTE	9.768.049,00	7.564.987,13
<i>Investimentos (Nota 8)</i>	7.772.573,71	5.645.091,23
<i>Imobilizado de Uso (Nota 9)</i>	1.958.285,71	1.893.393,97
<i>Intangível (Nota 10)</i>	37.189,58	26.501,93
TOTAL	161.450.066,08	146.598.201,44
PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
<i>DEPÓSITOS (Nota 11)</i>	98.262.530,94	87.968.406,66
Depósito à Vista	86.980.851,38	77.125.904,57
Depósitos a Prazo	2.519.949,05	2.298.675,11
<i>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 12)</i>	84.460.902,33	74.827.229,46
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.281.679,56	10.842.502,09
Sociais e Estatutárias	2.915,99	3.304,87
Fiscais e Previdenciárias	8.711.360,83	8.860.283,74
Diversas	683.102,27	556.488,33
NÃO CIRCULANTE	1.884.300,47	1.422.425,15
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.298.499,18	3.936.950,64
<i>Provisões Para Riscos Fiscais e Trabalhistas (Nota 12)</i>	59.889.035,96	54.692.844,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	44.043.131,06	41.535.780,86
Capital Social	(25,00)	(25,00)
(-) Capital a Realizar	8.763.502,06	7.930.275,26
Reserva de Lucros	7.082.427,84	5.226.813,02
Sobras ou Perdas Acumuladas		
TOTAL	161.450.066,08	146.598.201,44

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2014. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor Financeiro

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Presidente

Astor Cézar de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/0-6

DRE - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:			Em Reais
	2º SEMESTRE/2014	SALDO EM 31/12/2014	SALDO EM 31/12/2013	
INGRESSOS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	9.533.694,82	18.295.832,97	16.739.544,14	
Rendas de operações de crédito	9.533.694,82	18.295.832,97	16.739.395,49	
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	-	148,65	
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(4.597.879,75)	(8.362.689,78)	(5.486.141,88)	
Operações de captação	(4.319.645,10)	(8.021.675,99)	(5.544.065,23)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(278.234,65)	(341.013,79)	57.923,35	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.935.815,07	9.933.143,19	11.253.402,26	
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS(DISPÊNDIOS/DESPESAS)OPERACIONAIS	1.269.758,36	1.107.722,39	(3.152.934,04)	
Ingressos/Receitas de prestação de serviço	19.213,54	39.145,48	34.073,65	
Ingressos/Receitas de Participações	12.585,00	26.805,00	29.101,50	
Dispêndios/Despesas com pessoal	(3.228.004,33)	(6.028.614,32)	(5.660.331,90)	
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.263.416,60)	(2.549.938,51)	(2.501.625,06)	
Dispêndios / Despesas Tributárias	(59.076,73)	(109.733,33)	(83.911,48)	
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	2.407.765,22	3.359.157,96	347.609,12	
Ingressos de Depósitos Intercooper.	3.527.074,61	6.699.167,33	4.924.476,63	
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(146.382,35)	(328.267,22)	(242.326,50)	
RESULTADO OPERACIONAL	6.205.573,43	11.040.865,58	8.100.468,22	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	183.843,03	199.163,00	96.904,49	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	6.389.416,46	11.240.028,58	8.197.372,71	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(65.542,53)	(70.749,81)	(22.507,40)	
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	6.323.873,93	11.169.278,77	8.174.865,31	
DESTINAÇÃO PARA O FATES	-	(552.555,86)	(387.607,84)	
DESTINAÇÃO PARA O FUNDO DE RESERVA	-	(833.226,80)	(614.919,18)	
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	6.323.873,93	9.783.496,11	7.172.338,29	
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL	(2.701.068,27)	(2.701.068,27)	(1.945.525,27)	
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O	3.622.805,66	7.082.427,84	5.226.813,02	
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	44.043.131,06	44.043.131,06	41.535.780,86	
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	0,08	0,16	0,13	

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2014. As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor Financeiro

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Presidente

Astor Cézar de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/O-6

Cooperado ganha um Fiat 0 km na promoção da Cooperativa



• O associado Timóteo Lopes, foi o feliz ganhador do carro, nos 34 anos do Sicoob Coopsef

A promoção "Sicoob Coopsef - 34 anos crescendo juntos" foi encerrada em dezembro, após a realização do segundo sorteio pela Loteria Federal do dia 20/12/14, conforme previsto no Regulamento. Houve apenas um ganhador. O felizardo foi o associado Timóteo Lopes de Faria, de Belo Horizonte, cujo final de Masp, menos o dígito, coincidiu com a milhar do terceiro prêmio, sendo contemplado com um Fiat Uno Vivace 1.0 EVO 2014/2015.

No momento de receber o prêmio Timóteo Lopes comentou que é associado do Sicoob Coopsef desde o início da fundação da Cooperativa, "convidado e convencido pelo saudoso Dilson, um homem que amava o cooperativismo". A entrega foi prestigiada pelos diretores Antônio de Ávila, Célio Albuquerque e Álvaro Cunha, que cumprimentaram o cooperado pela premiação e solicitaram que continue prestigiando e divulgando o nome do Sicoob Coopsef.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em Reais

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS	Sobras e (Perdas) Acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar			
Saldos em 30.06.14	41.780.618,41	(25,00)	7.930.275,26	4.845.404,84	54.556.273,51
Ajuste de Exercícios Anteriores					-
Integralização de Capital	644.855,69				644.855,69
Devolução de Capital	(644.448,80)				(644.448,80)
Outros	(681,80)				(681,80)
Sobras ou Perdas do 2º Semestre - 2014				6.323.873,93	6.323.873,93
Juros ao Capital Social	2.662.036,14			(2.701.068,27)	(39.032,13)
IRRF sobre Juros ao Capital	(399.248,58)				(399.248,58)
Destinação das sobras:					
. Fundo de Reserva			833.226,80	(833.226,80)	-
. FATES				(416.613,40)	(416.613,40)
. FATES - Atos não Cooperativos				(135.942,46)	(135.942,46)
. Premiação para Funcionários					-
Saldos em 31.12.14	44.043.131,06	(25,00)	8.763.502,06	7.082.427,84	59.889.035,96
Mutações do semestre	2.262.512,65	-	833.226,80	2.237.023,00	5.332.762,45
Saldos em 31.12.13	41.535.780,86	(25,00)	7.930.275,26	5.226.813,02	54.692.844,14
Sobras destinadas ao Capital	4.718.428,52			(4.718.428,52)	-
Integralização de Capital	1.531.058,94	25,00			1.531.083,94
Capital a Integralizar		(25,00)			(25,00)
Devolução de Capital	(6.004.031,79)				(6.004.031,79)
Outros	(893,03)				(893,03)
Sobras ou Perdas do Exercício				11.169.278,77	11.169.278,77
Juros ao Capital Social	2.662.036,14			(2.701.068,27)	(39.032,13)
IRRF sobre Juros ao Capital	(399.248,58)				(399.248,58)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(8.384,50)	(8.384,50)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior				(500.000,00)	(500.000,00)
Destinação das sobras:					
. Fundo de Reserva			833.226,80	(833.226,80)	-
. FATES				(416.613,40)	(416.613,40)
. FATES - Atos não Cooperativos				(135.942,46)	(135.942,46)
. Premiação para Funcionários					-
Saldos em 31.12.14	44.043.131,06	(25,00)	8.763.502,06	7.082.427,84	59.889.035,96
Mutações do exercício	2.507.350,20	-	833.226,80	1.855.614,82	5.196.191,82
Saldos em 31.12.12	39.775.863,78	-	7.315.356,08	4.613.734,91	51.704.954,77
Sobras destinadas ao Capital	4.207.466,63			(4.207.466,63)	-
Integralização de Capital	1.286.047,55	(25,00)			1.286.022,55
Devolução de Capital	(5.368.772,10)				(5.368.772,10)
Outros	(1.581,08)				(1.581,08)
Sobras ou Perdas do Exercício				8.174.865,31	8.174.865,31
Juros ao Capital Social	1.925.474,57			(1.945.525,27)	(20.050,70)
IRRF sobre Juros ao Capital	(288.718,49)				(288.718,49)
Incorporação Capital Social Ex-Cooperados				(6.268,28)	(6.268,28)
Transf. p/Fundo Especial - Sobras Exercício Anterior				(400.000,00)	(400.000,00)
Destinação das sobras:					
. Fundo de Reserva			614.919,18	(614.919,18)	-
. FATES				(307.459,59)	(307.459,59)
. FATES - Atos não Cooperativos				(80.148,25)	(80.148,25)
Saldos em 31.12.13	41.535.780,86	(25,00)	7.930.275,26	5.226.813,02	54.692.844,14
Mutações do exercício	1.759.917,08	(25,00)	614.919,18	613.078,11	2.987.889,37

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Você sabia que o cooperado não paga pelo talão de cheques, mas que ele deve usar mais o cartão de débito Sicoobcard Mastercard em suas compras, porque o custo operacional é menor para a Cooperativa e tem reflexo positivo no resultado final?

DFC - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em:		
	2º SEMESTRE - 2014	31/12/2014	Em Reais 31/12/2013
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social	11.908.748,11	11.726.273,83	4.479.527,72
Contas de resultado credoras	6.389.416,46	11.240.028,58	8.197.372,71
Contas de resultado devedoras	9.533.694,82	18.295.832,97	16.739.544,14
(3.144.278,36)	(3.144.278,36)	(7.055.804,39)	(8.542.171,43)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	(2.529.181,99)	(2.404.220,09)	(3.677.440,26)
Provisão de Juros ao Capital	(2.701.068,27)	(2.701.068,27)	(1.945.525,27)
(Despesas de amortização e depreciação)	82.522,84	162.479,55	188.552,64
(Provisão para perdas com Operações de Crédito)	154.905,97	205.118,44	(1.897.960,23)
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(65.542,53)	(70.749,81)	(22.507,40)
Aumento (redução) em ativos operacionais	(344.821,41)	(6.765.207,48)	(5.157.806,22)
Operações de Crédito	(41.468,32)	(7.245.400,69)	(4.844.246,45)
Outros Créditos	(311.437,35)	491.190,30	(314.551,29)
Outros Valores e Bens	8.084,26	(10.997,09)	991,52
Aumento (redução) em passivos operacionais	8.393.335,05	9.655.672,82	5.117.401,49
Depósitos a Vista	486.327,20	221.273,94	67.518,39
Depósitos a Prazo	6.996.136,77	9.633.672,87	4.754.006,08
Outras Obrigações	910.871,08	(199.273,99)	295.877,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.620.740,65)	(2.365.541,42)	(1.246.367,13)
Aquisição de investimentos	(1.474.834,31)	(2.127.482,48)	(1.214.624,26)
Aquisição de imobilizado de uso	(137.437,03)	(215.017,63)	(22.728,11)
Aplicação no Ativo Intangível	(6.140,43)	(20.677,43)	-
*Outros Ajustes	(2.328,88)	(2.363,88)	(9.014,76)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.709.956,79	(3.272.018,68)	(3.241.450,67)
Variações patrimoniais:			
Aumento de Capital Social	644.173,89	1.530.165,91	1.284.441,47
Redução de Capital Social	(644.448,80)	(6.004.031,79)	(5.368.772,10)
Despesas de juros ao capital	2.662.036,14	2.662.036,14	1.925.474,57
Despesas de juros ao capital - IRRF a Recolher	(399.248,58)	(399.248,58)	(288.718,49)
Constituição do Exercício - FATES	(416.613,40)	(416.613,40)	(307.459,59)
Constituição do Exercício - FATES Atos não Cooperativos	(135.942,46)	(135.942,46)	(80.148,25)
Transferência Exercício Anterior - Fundo Especial	-	(500.000,00)	(400.000,00)
Cotas de Capital a Pagar	-	(8.384,50)	(6.268,28)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	11.997.964,25	6.088.713,73	(8.290,08)
Variação Líquida das disponibilidades	11.997.964,25	6.088.713,73	(8.290,08)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	533.533,77	511.986,77	431.028,53
Centralização Financeira - Cooperativas no início do período	59.256.515,43	65.187.312,95	65.276.561,27
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	497.069,77	497.069,77	511.986,77
Centralização Financeira - Cooperativas no fim do período	71.290.943,68	71.290.943,68	65.187.312,95

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2014.

Célio Marcos Pontes de Albuquerque
Diretor FinanceiroAntônio de Ávila e Silva
Diretor PresidenteAstor Cézar de Souza Almeida
CRC-MG 074.613/O-6

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Identifique seu depósito a favor do Sicoob Coopsef



Associado que fizer depósito a favor do Sicoob Coopsef precisa informar se os recursos se destinam ao pagamento de uma ou mais parcelas de empréstimo, se é para ficar na conta corrente, para uma aplicação financeira ou para qualquer outra finalidade. Sem essa informação, a Cooperativa não tem como atender ao depositante e credita esses recursos em uma conta específica. Ali eles permanecerão até que

o interessado se manifeste. Os valores depositados nesta conta não têm correção.

Portanto, lembre-se sempre de informar a destinação dos recursos depositados a favor do Sicoob Coopsef. Para isso, envie um fax (31) 3269.5724 ou e-mail para sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br. Esta é mais uma orientação da sua Cooperativa que você continue ganhando sempre.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – SICOOB COOPSEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/1980, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são as responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 16/01/2015.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	497.069,77	511.986,77
Relações Interfinanceiras (Centralização Financeira)	71.290.943,68	65.187.312,95
Total	71.788.013,45	65.699.299,72

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

segue

► continuação

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	71.290.943,68	65.187.312,95
Total	71.290.943,68	65.187.312,95

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	36.247,71	-	36.247,71	36.586,90
Cheque Especial / Conta Garantida	2.797.599,76	-	2.797.599,76	2.846.711,00
Empréstimos	24.070.861,73	49.281.956,55	73.352.818,28	66.057.967,16
(-)Prov. p/Perda c/Oper. de Créd.	(883.698,94)	-	(883.698,94)	(678.580,50)
Total	26.021.020,26	49.281.956,55	75.302.966,81	68.262.684,56

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / Tít. Desc. *	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014	Total em 31/12/2013	Provisões 31/12/2013
A	0,50%	Normal	72.969.740,06	72.969.740,06	66.132.554,87	330.662,77
B	1%	Normal	292.145,40	292.145,40	385.268,45	3.852,68
B	1%	Vencidas	1.122.729,18	1.122.729,18	1.055.828,51	10.558,29
C	3%	Normal	37.480,75	37.480,75	289.869,86	8.696,10
C	3%	Vencidas	525.424,76	525.424,76	385.804,87	11.574,15
D	10%	Normal	96.363,22	96.363,22	7.873,59	787,36
D	10%	Vencidas	214.633,77	214.633,77	131.002,53	13.100,25
E	30%	Normal	28.389,71	28.389,71	2.056,86	617,06
E	30%	Vencidas	445.985,32	445.985,32	193.107,34	57.932,20
F	50%	Normal	7.626,22	7.626,22	184.377,42	92.188,71
F	50%	Vencidas	207.515,68	207.515,68	21.265,38	10.632,69
G	70%	Normal	3.162,78	3.162,78	2.674,22	1.871,95
G	70%	Vencidas	102.839,15	102.839,15	44.916,27	31.441,39
H	100%	Normal	72.515,98	72.515,98	71.835,94	71.835,94
H	100%	Vencidas	60.113,77	60.113,77	32.828,95	32.828,95
Total Normal		73.507.424,12	73.507.424,12	465.590,86	67.076.511,21	510.512,57
Total Vencido		2.679.241,63	2.679.241,63	418.108,08	1.864.753,85	168.067,92
Total Geral		76.186.665,75	76.186.665,75	883.698,94	68.941.265,06	678.580,49
Provisões		-883.698,94	-883.698,94		-678.580,49	
Total Líquido		75.302.966,81	75.302.966,81		68.262.684,57	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	8.988.462,43	15.159.403,28	49.281.956,55	73.429.822,26
Total	8.988.462,43	15.159.403,28	49.281.956,55	73.429.822,26

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	678.580,50	1.219.379,73
Constituições/Reversões no Exercício	382.536,22	88.854,28
Total	(177.417,78)	(629.653,51)
	883.698,94	678.580,50

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Devedor	432.339,14	0,5669	389.734,16	0,5653
10 Maiores Devedores	3.530.500,60	4,6340	3.060.228,77	4,4389
50 Maiores Devedores	13.012.763,69	17,0801	10.500.033,37	15,2304

► segue

► continuação

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo início	2.625.200,86	2.349.321,00
Ajuste de Remoção de Rendas a Apropriar	0,00	(131.749,06)
Valor das operações transferidas no período	177.417,78	629.654,01
Valor das operações recuperadas no período	(244.606,43)	(222.025,09)
Ajuste de Remoção operações baixadas há mais de 5 anos	(950.825,19)	0,00
Total	1.607.187,02	2.625.200,86

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Rendas a Receber (a)	671.044,79	499.073,17
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.298.499,18	3.936.950,64
Títulos e Créditos a Receber	14.965,00	1.630,00
Devedores Diversos	223,69	20.689,47
Diversos (c)	209.376,33	226.956,01
Total	4.194.108,99	4.685.299,29

a) Rendas a Receber: Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ 670.564,92**b) Devedores por Depósito e Garantia:** Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do PIS/COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004. Em 11 de Março de 2014 a cooperativa recebeu o montante R\$ 757.059,89, já deduzidos os honorários advocatícios da ação judicial do PIS a qual a cooperativa conseguiu vitória no processo impetrado sob o numero 2002-69.2005.4.01.388.**c) Diversos:** O valor de R\$ 130.238,52 do montante apresentado, refere-se a gratificação paga aos funcionários referente ao exercício de 2013.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Outros Valores e Bens	341.940,27	341.940,27
Bens Não de Uso Próprio	341.940,27	341.940,27
Despesas Antecipadas	54.987,56	43.990,47
Prêmios de Seguros	52.537,88	41.456,38
Assinatura de Periódicos	2.449,68	2.534,09
Total	396.927,83	385.930,74

Em Bens de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 341.940,27, referente aos imóveis não utilizados pela cooperativa, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

Registraram-se no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 54.987,56 referentes a prêmios de seguros pagos – R\$ 52.537,88 e assinatura de periódicos – R\$ 2.449,68.

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB Central Cecremge e aquisição de ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE	6.192.734,75	4.541.792,31
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	1.579.838,96	1.103.298,92
Total	7.772.573,71	5.645.091,23

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2014	31/12/2013
Terrenos	-	583.120,92	583.120,92
Edificações	4%	2.428.147,41	2.428.147,41
Instalações, Móveis e Equipamentos	10%	1.827.716,57	1.613.878,79
Sistema de Processamento de Dados	20%	366.138,96	314.691,71
Sistema de Segurança	10%	28.691,51	32.023,51
Total		5.233.815,37	4.971.862,34
Depreciação acumulada		(3.275.529,66)	(3.078.468,37)
Total		1.958.285,71	1.893.393,97

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2014	31/12/2013
Sistema de Processamento de Dados - Software	20%	134.935,17	134.935,17
Direito de Uso	20%	67.351,32	46.673,89
Total		202.286,49	181.609,06
Amortização acumulada		(165.096,91)	(155.107,13)
Total		37.189,58	26.501,93

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

11. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósito à Vista	2.519.949,05	2.298.675,11
Depósito a Prazo	84.460.902,33	74.827.229,46
Total	86.980.851,38	77.125.904,57

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

12. Outras Obrigações

12.1) Outras Obrigações - Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
IOF a Recolher	2.915,99	3.304,87
Total	2.915,99	3.304,87

O IOF a Recolher refere-se à incidência sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeiras dos cooperados com a Cooperativa.

► segue

► continuação

12.2) Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	8.078.117,74	8.337.862,61
FATES – Resultado de Atos com Associados	6.705.004,17	7.100.691,50
FATES – Resultado de Atos com Não Associados	1.373.113,57	1.237.171,11
Cotas de capital a pagar	633.243,09	522.421,13
Total	8.711.360,83	8.860.283,74

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

12.3) Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	11.219,78	0,00
Impostos s/Serviços de Terceiros	9.422,80	6.826,47
Impostos sobre Salários	244.023,89	247.846,48
Outros	418.435,80	301.815,38
IRRF sobre Juros ao Capital	405.103,44	291.726,13
Outros	13.332,36	10.089,25
Total	683.102,27	556.488,33

12.4) Outras Obrigações – Diversas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cheques administrativos (a)	112.493,24	0,00
Despesas de Pessoal	431.651,05	365.445,57
Outras Despesas Administrativas (b)	109.377,83	110.974,13
Provisão para Passivos Contingentes (c)	3.298.499,18	3.936.950,64
Credores Diversos – País (d)	1.230.778,35	946.005,45
Total	5.182.799,65	5.359.375,79

a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2014.

b) Refere-se ao provisãoamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

c) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS e COFINS	3.298.499,18	3.298.499,18	3.936.950,64	3.936.950,64
Total	3.298.499,18	3.298.499,18	3.936.950,64	3.936.950,64

PIS e COFINS - quando do advento da lei nº. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juiz e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia. Em 11 de Março de 2014 a cooperativa recebeu o montante R\$ 757.059,89, já deduzidos os honorários advocatícios da ação judicial do PIS a qual a cooperativa conseguiu vitória no processo impetrado sob o numero 2002-69.2005.4.01.388.

d) Credores Diversos – País se refere a: Cred. Diversos, FIS (Fundo de Integração Social), FCR (Fundo de Crédito Rotativo) e Outros Credores Diversos – País:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cred. Diversos (1)	1.135.698,43	863.404,50
Outros Credores Diversos – País (2)	95.079,82	82.600,95
Total	1.230.778,35	946.005,45

1. O Cred. Diversos é a reclassificação contábil do Fundo Especial e é destinado ao auxílio de familiares dos associados do SICOOB COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Cred. Diversos conta com uma reserva para aporte acumulado recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito do SICOOB COOPSEF. O SICOOB COOPSEF transferiu o saldo do FCR para a conta Cred. Diversos em 27/02/2013 conforme determinação da AGO em 18/02/2013.

2. Refere-se a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-parte no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-parte.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2014, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobre do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 4.726.813,02 e destinação do valor de R\$ 500.000,00 para o Cred. Diversos, registrado na rubrica 4.9.9.92.01.099-4.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2014	2013
Sobra líquida do exercício	8.468.210,50	6.229.340,04
Lucro líquido decorrente de Resultado não operacional - apropriado ao FATES –	(199.163,00)	(96.904,49)
Prejuízo decorrente de Resultado de Atos não Cooperativos - apropriado ao FATES –	63.220,54	16.756,21
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.332.268,04	6.149.191,79
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(833.226,80)	(614.919,18)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(416.613,40)	(307.459,59)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	7.082.427,84	5.226.813,02

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Receita de prestação de serviços	39.259,43	34.348,30
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.777,55)	(3.288,10)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(27.952,61)	(25.309,01)
Resultado operacional	7.529,27	5.751,19
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	199.163,00	96.904,46
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	206.692,27	102.655,65
IRPJ/CSLL s/Atos não Cooperativos	(70.749,81)	(22.507,40)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	135.942,46	80.148,25

► segue

continuação

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Devolução de contribuições do FGS	2.310.241,49	0,00
Total	2.310.241,49	0,00

O valor de R\$ 2.310.241,49, creditado em conta corrente em 18/08/2014, refere-se às contribuições acumuladas do FGS que foram devolvidas às Cooperativas associadas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12/08/2014, em que aprovou a dissolução daquele fundo.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2014.

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
823.156,00	1,0804
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
740.086,20	0,8509

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2014

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Dúvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	14.672,65	73,36	0,5245
Empréstimos e Financiamentos	271.841,43	1.359,21	0,3703
OPERAÇÕES PASSIVAS			
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %	
1.845.691,85	2,1853	96% do CDI	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial	2,9 %	2,9%
Limite até R\$ 20.000,00		
Empréstimos - Consignados	1,69% a 2,07%	1,69% a 2,07%
Limite até 10% do PLA		
Empréstimos – Boletos, Cheques e Caixa	1,77% a 2,70%	1,77% a 2,70%
Limite até 10% do PLA	100% CDI	100% CDI
Até R\$ 10.000,00	92% CDI	92% CDI
Acima de R\$ 10.000,00		

No exercício de 2014, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio mensal das reuniões do Conselho de Administração, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)		
Honorários		1.188.050,06
Custo da reunião do Conselho de Administração		69.000,00

19. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

O SICOOB COOPSEF em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE à coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPSEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente a sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo trabalho de auditoria está em andamento.

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basílica

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$25.703.370,32, em 31 de dezembro de 2014.

22. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Lei tem vigência a partir de exercício de 2015. A Secretaria da Receita Federal do Brasil, emitiu Instrução Normativa nº 1.469 de 28 de maio de 2014, que disciplina aplicação das disposições referentes à Lei nº 12.973 quanto aos efeitos na opção para o exercício de 2014. O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

Belo Horizonte, 17 de Janeiro de 2015.

Antônio de Ávila e Silva - Diretor Presidente
Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo

Célio Marcos Pontes de Albuquerque - Diretor Financeiro
Astor Cézar de Souza Almeida - Contador – CRC-MG 074.613/0-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO
 ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB COOPSEF**

Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB COOPSEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB COOPSEF em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2015.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG 090.766/O-4
 CNAI 2994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2014(dois mil e catorze). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2014(dois mil e catorze) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 27(vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de 2015(dois mil e quinze). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

Geraldo Magela Cotta
Coordenador

Antônio Donizete Rosa
Fiscal

Ângela Maria Barbosa
Fiscal

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA

Av. Brasil, 1660 - Funcionários - 30.140-003 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - www.sicoobcoopsef.com.br -
sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br



**Ouvidoria do
Sicoob Coopsef**
0800 283 4086
www.sicoobcoopsef.com.br



Os associados da Sicoob Coopsef que trabalham na Cidade Administrativa e que precisam de alguma informação ou serviço da Cooperativa podem consultar Ivair Ferreira Lima. Ele é o representante da Cooperativa na Cidade Administrativa e trabalha no Edifício Gerais, 12º andar, na ARSAE/Gerência de Fiscalização.

Para falar com o Ivair, o associado pode ainda telefonar para 3915.8103 e 3915.8104, ou para o celular 9654.1199. Com um representante na Cidade Administrativa, o Sicoob Coopsef espera prestar um atendimento mais adequado e rápido.

Servidores de órgãos oficiais podem participar da família Sicoob Coopsef



Com os ajustes aprovados em seu Estatuto Social, nossa Cooperativa está em condições de acolher um número ainda maior de novos associados.

No Sicoob Coopsef, você tem vários produtos, serviços e benefícios que não existem nos bancos comerciais.

Procure se informar. Muitos já estão se associando.

Você, que já é cooperado, deve incentivar seus familiares e colegas de órgãos oficiais do Estado de

Minas Gerais a fazerem parte do Sicoob Coopsef.

Faça de cada um, um novo associado. E dê a eles a oportunidade de aproveitar também os benefícios do cooperativismo.

O Sicoob Coopsef quer ser uma família cada vez mais acolhedora e dedicada aos seus membros, oferecendo a eles o que não existe em outras instituições financeiras.

Atualize seu cadastro no Sicoob Coopsef

A atualização cadastral anual é uma exigência do Banco Central do Brasil, alcança todas as cooperativas e precisa ser cumprida. Sendo assim e para manter o cumprimento rigoroso das normas estabelecidas pelo Bacen, a direção do Sicoob Coopsef reitera aos associados que mantenham seu cadastro atualizado.

O processo é muito fácil. Use o fax (031) 3269.5724 ou o e-mail sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br para enviar o formulário "Atualização Cadastral", disponível no site, na sede da Cooperativa e nas representações regionais. Anexe também um comprovante de renda, de água, luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado.



JORNAL DA COOPSEF

Remetente:

SICOOBCOOPSEF - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
30140-003 • Belo Horizonte • MG
Tel: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724
www.sicoobcoopsef.com.br • sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

**Impresso
Especial**

CONT. N° 9912211389
ECT/DR/MG
Coopsef

---CORREIOS---



IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT